

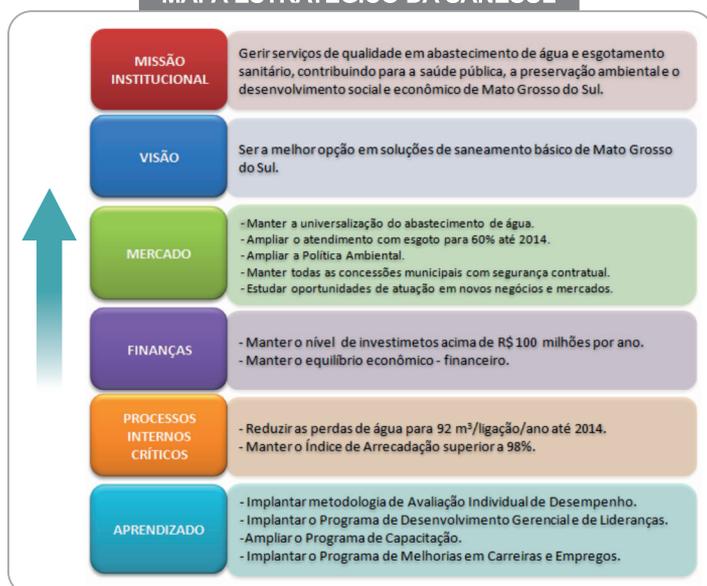
RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO

APRESENTAÇÃO

A Sanesul destaca-se nos últimos anos pelo montante investido nos sistemas de abastecimento de água e em esgotamento sanitário no Estado de Mato Grosso do Sul. O compromisso da empresa é manter a universalização do abastecimento de água nas localidades operadas e aumentar progressivamente o índice de esgotamento sanitário para que o desenvolvimento social esteja inserido no desenvolvimento econômico, elevando a qualidade de vida e o bem-estar da população, além da proteção do meio ambiente.

Apresentamos a seguir o Mapa Estratégico da Sanesul, desenhado para demonstrar os macro-objetivos de forma clara e sistêmica. Ele é utilizado nesse relatório para mostrar os avanços mais significativos no ano de 2011.

MAPA ESTRATÉGICO DA SANESUL



MERCADO

UNIVERSALIZAÇÃO NO ATENDIMENTO DE ÁGUA

Praticamente toda a população urbana das 123 localidades operadas é atendida com água tratada. A Sanesul trabalha atualmente com o crescimento vegetativo, ou seja, com o crescimento natural da população para manter o abastecimento de água em torno de 100%. Em 2011, a rede de abastecimento de água expandiu-se em 130 km e totalizou 6.020 km. O número de ligações avançou mais de 16 mil unidades, alcançando 450 mil ligações.

AMPLIAÇÃO NO ATENDIMENTO COM ESGOTAMENTO SANITÁRIO

A aplicação de recursos foi priorizada para a expansão do sistema de esgoto, em obediência à diretriz estratégica de se ampliar continuamente o atendimento no Estado. Com isso, as ligações de esgoto cresceram 33% e atingiu 70 mil unidades e a rede foi ampliada para 1.135 km, elevando-se em 121 km somente no ano de 2011.

CONCESSÕES MUNICIPAIS

Em 2011 foram renovados 13 contratos com os municípios sob as diretrizes estabelecidas pela Lei Federal 11.445/07, considerada o Marco Regulatório do Saneamento Básico do Brasil. Os municípios que renovaram as concessões com a Sanesul em 2011 por mais 30 anos foram: Alcinoópolis, Antonio João, Aquidauana, Bataquassu, Caracol, Deodápolis, Eldorado, Ivinhema, Maracaju, Nova Andradina, Porto Murtinho, Ribas do Rio Pardo e Três Lagoas. Com essas já são 37 concessões renovadas desde o advento da Lei 11.445/07.

IMAGEM DA EMPRESA

Em 2011 as realizações da Sanesul provocaram 2.556 notícias em 70 veículos diferentes entre jornalismo impresso e eletrônico. Um crescimento de 14% em relação a 2010 (2.242 publicações), demonstrando a inserção da empresa no dia a dia da população sul-mato-grossense.

POLÍTICA AMBIENTAL

As diretrizes de Política Ambiental da SANESUL estão fundamentadas em três eixos: 1) preservação dos recursos naturais associada ao desenvolvimento sustentável; 2) respeito à legislação e 3) melhoria contínua dos processos ambientais.

Os poços tubulares operados estão com licenciamento ambiental protocolado no Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL) e 100% das unidades de tratamento de água e de esgoto localizadas em rios de jurisdição federal possuem protocolo de outorga tramitando na Agência Nacional de Águas (ANA).

O concurso anual de redação teve como tema "A Importância da Rede de Esgoto para a Saúde" e envolveu aproximadamente 20 mil estudantes dos 8º e 9º anos de 93 escolas estaduais. Este concurso é uma parceria com a Caixa e Secretaria Estadual de Educação. O objetivo deste concurso é despertar, principalmente nas crianças, a importância de preservar o meio ambiente e a utilização da água de forma responsável e sustentável.

Para a mobilização social e sensibilização das populações beneficiadas com a implantação do esgoto foram realizadas reuniões comunitárias, visitas domiciliares e oficinas educativas, abordando temas sobre preservação do meio ambiente, saúde pública e saneamento básico, utilizando-se de materiais pedagógicos como cartilhas, banners e folders. Distribuíram-se mais de 60 mil panfletos de conscientização no Dia Mundial da Água, Dia do Meio Ambiente e para visitantes das comunidades em estações de tratamento de água e de esgoto. Também houve distribuição de mudas de árvores frutíferas e do cerrado para plantio.

FINANÇAS

INVESTIMENTOS

Os investimentos contabilizados pela Sanesul totalizaram R\$ 55,4 milhões em 2011. Deste total, a Sanesul destinou R\$ 35 milhões para investimentos nos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, entre contrapartidas de financiamentos e recursos aplicados diretamente pela empresa.

Além dos recursos acima mencionados, somam-se mais R\$ 27,6 milhões decorrentes de recursos conveniados diretamente entre o Governo do Estado e Governo Federal. De todo o valor mencionado, 70% foram destinados para os sistemas de esgoto.

DESEMPENHO ECONÔMICO- FINANCEIRO

Em 2011, as receitas operacionais líquidas atingiram R\$ 241 milhões em relação a R\$ 212,3 milhões obtidos em 2010, apresentando incremento de 13,5%. Isso se deve principalmente ao aumento do volume faturado no ano, além da reposição inflacionária da tarifa. Os custos somados às despesas operacionais atingiram um montante de R\$ 209 milhões, contra R\$ 187 milhões realizados em 2010, apresentando um aumento de 11,8%. A elevação dos custos deveu-se aos diversos projetos na área operacional, em especial à contratação de pessoal, em busca das melhorias no atendimento dos serviços e redução das perdas de água nos sistemas.

O Lucro Operacional foi de R\$ 32 milhões, superior aos R\$ 25,3 milhões no ano de 2010, representando um aumento de 26,5%. Além disso, o EBITDA cresceu 17,4% em relação a 2010, atingindo o valor de R\$ 72,4, contra R\$ 61,7 milhões. Apesar de 2011 ter apresentado crescimento nos resultados, seu Lucro Líquido ficou 51,2% menor que 2010, (R\$ 39 milhões em 2011 e R\$ 80 milhões em 2010), pois, no exercício anterior houve uma reversão de provisão no valor de R\$ 49,2 milhões para adequação do Ativo Permanente às normas internacionais de contabilidade. A seguir, a evolução dos principais indicadores contábeis em quadro e respectivos gráficos:

Indicadores Contábeis	2007	2008	2009	2010	2011
Liquidez Corrente	1,83	1,84	1,66	1,26	1,59
Liquidez Geral	0,52	0,58	1,17	1,05	0,97
Endividamento sobre Ativo	0,50	0,46	0,41	0,37	0,35
Ebitda sobre Receitas Operacionais	0,31	0,30	0,28	0,29	0,30
Lucro Líquido sobre Ativo	0,11	0,11	0,12	0,20	0,09
Lucro Líquido sobre Patrimônio Líquido	0,23	0,20	0,21	0,32	0,13

COMERCIALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Eficiência Comercial - A Sanesul destinou aproximadamente R\$ 2 milhões para a aquisição de 52 mil hidrômetros, elevando a confiabilidade na aferição do volume consumido. A hidrometração atingiu 99% em 2011.

Atendimento ao Público - Para melhorar o conforto no atendimento ao cliente foram reformados os escritórios nas cidades de Tacuru, Iguatemi, Caarapó, Mundo Novo, Juti, Itaquiraí, Eldorado, Japorã, Sete Quedas, Naviraí, Jardim, Guia Lopes, Bonito, Nioaque, Caracol, Porto Murtinho, Coxim e Rio Verde de Mato Grosso. Em Bataiporã, Anaurilândia e Pedro Gomes foram construídos novos escritórios.

APRENDIZAGEM E INOVAÇÃO

METODOLOGIA DE GESTÃO - PNQS

Em agosto de 2011, empregados das dez gerências regionais e da Administração Central participaram do curso Gestão Classe Mundial oferecido pela ABES (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária) para implantação do Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento (PNQS).

O PNQS reconhece as empresas que adotam as melhores práticas de gestão, atendendo aos critérios de Liderança, Estratégias e Planos, Clientes, Sociedade, Informações e Conhecimento, Pessoas, Processos e Resultados. Desde então, foi criado o Fórum de Gestão Empresarial (FGE) para estudar melhorias e implantar práticas de aperfeiçoamento organizacional na busca da excelência.

DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Atualmente, a SANESUL possui em seu quadro 1.129 empregados entre os de carreira e livre nomeação. Em 2011, iniciou-se o processo de melhorias do Plano de Empregos, Carreiras e Salário e implantou-se a avaliação de desempenho dos empregados que estão no período de experiência de 90 dias. Em parceria com a Escola do Governo do Estado, foi realizado o Curso de Atendimento ao Público por meio de aulas presenciais e à distância, abrangendo a área comercial e todas as 10 gerências regionais, com a participação de 160 empregados. A partir de outubro, deu-se início aos repasses para divulgação da Metodologia de Gestão (PNQS) em todas as gerências da Administração Central e a partir de novembro nas gerências regionais.

Em 2011, foram realizadas 217 capacitações, das quais se destacam: a formação de integrantes de CIPA's, qualificação em tecnologia da informação, segurança de cilindro de cloro gás, atendimento ao público e qualificação técnica dos operadores de Estações de Tratamento de Água - ETA.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Política de TI é fundamentada em melhoria da infraestrutura, capacitação técnica da equipe e gerenciamento de programas. Em 2011, intensificou-se a atuação nas regionais com a substituição de equipamentos obsoletos, melhoria da rede física e implantação do projeto de Inclusão Digital.

Houve treinamentos na plataforma Microsoft para atender as novas tecnologias de Data Center, implantação de metodologia de desenvolvimento de sistemas e adoção de uma ferramenta de controle de versões dos programas. Além disso, foi realizada a instalação de rede wireless, aquisição de softwares de segurança, desenvolvimento do sistema orçamentário, conversão de sistemas desenvolvidos em ACCESS para plataforma Web e elaboração de rotinas de gestão de contrato, contabilidade e de rotinas financeiras no Microsig.

GESTÃO DE MATERIAIS E LOGÍSTICA

As melhorias na gestão de compras, estoque e transportes objetivaram dar o devido suporte às demandas da Administração Central, gerências regionais e suas unidades. Para isso, houve a integração do sistema de compras e a padronização dos procedimentos por meio das Instruções de Trabalho, além da implantação do sistema de contratos.

AGRADECIMENTOS

A Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul agradece a André Puccinelli, excelentíssimo governador do Estado de Mato Grosso do Sul, assim como aos seus secretários de estado e demais servidores, pelo apoio fundamental dado à Administração da Sanesul e também aos nossos fornecedores, cidadãos-usuários e colaboradores pela seriedade, confiança e eficiência na realização dos projetos necessários ao êxito de nossos negócios.

PROCESSOS INTERNOS CRÍTICOS

Dois processos internos foram caracterizados estrategicamente como os principais para a Sanesul, ou seja, aqueles que possuem as atividades correspondentes ao núcleo do negócio da empresa, no caso denominados Operação de Sistemas e Comercialização dos Serviços.

OPERAÇÃO DE SISTEMAS

Qualidade da água - Para manter o controle da qualidade da água, todos os municípios operados são monitorados. O Laboratório Central em Campo Grande analisa as águas nos parâmetros mais complexos como agrotóxicos, metais, substâncias orgânicas e cianobactérias, seguindo padrões exigidos pela Portaria 518/04. O Laboratório da Administração Central possui o diploma de acreditação do INMETRO. Há outros nove Laboratórios Regionais nos quais são analisados parâmetros de média complexidade. Em 2011, o Índice de Qualidade da Água - IQA atingiu o patamar ótimo de 97,99%. Atualmente a Sanesul opera com 365 poços e 18 estações de tratamentos de água.

Combate às Perdas - O trabalho de combate às perdas de água engloba ações coordenadas entre as áreas comercial e operacional focando: o aumento da confiabilidade na macromedição e micromedição; pesquisas e reparos de vazamentos; padronização de ligações; substituição de redes e ramais; implantação de sistemas de supervisão e controle operacional; reabilitação de unidades operacionais; aquisição de equipamentos de automação e equipes capacitadas. As localidades têm recebido equipamentos e treinamentos para detectar os vazamentos nas redes e ramais, bem como para detectar possíveis fraudes nas ligações. Esse trabalho resultou na redução das perdas de água por ligação, conforme se observa no gráfico a seguir:



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
QUADRO 1
DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	2011	2010	Passivo	Nota explicativa	2011	2010
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e equivalente de caixa		5.501	4.355	Fornecedores e empreiteiros	11	12.393	13.549
Depósitos vinculados		94	841	Salários, gratificações e encargos sociais		7.016	6.639
Aplicações financeiras	4	36.220	34.924	Impostos e contribuições		3.734	3.069
Clientes	5	42.047	33.577	Provisão para férias e encargos sociais		5.398	4.773
Estoques	6	4.827	4.257	Empréstimos e financiamentos	12	7.752	6.332
Impostos e contribuições a recuperar		870	1.198	Parcelamento tributos e contribuições sociais	13	2.303	2.286
Outros créditos		727	723	Honorários de processos judiciais		-	4.000
Total do ativo circulante		<u>90.286</u>	<u>79.875</u>	Dividendos e juros s/capital próprio	14	15.225	19.918
				Outros		2.918	2.963
Ativo Nao Circulante				Total do passivo circulante		<u>56.739</u>	<u>63.529</u>
Realizavel a Longo Prazo				Passivo Nao Circulante			
Depósitos judiciais	7	1.672	1.407	Empréstimos e financiamentos	12	63.065	51.936
Ativo financeiro	8	62.198	79.303	Parcelamento tributos e contribuições sociais	13	10.929	8.846
		<u>63.870</u>	<u>80.710</u>	Provisões para contingências	15	27.381	27.985
				Total do passivo não circulante		<u>101.375</u>	<u>88.767</u>
Intangível	9	191.447	158.935	Patrimonio Liquido			
Imobilizado	10	109.962	86.527		16		
		<u>301.409</u>	<u>245.462</u>	Capital social	16.a	208.418	188.500
Total do ativo não circulante		<u>365.279</u>	<u>326.172</u>	Reserva de incentivo fiscal-MP 449/08 / Lei 11.941/09	16.d	1.687	1.687
				Reserva legal	16.b	9.389	7.439
				Reserva retenção de lucros	16.c	77.957	56.125
						<u>297.451</u>	<u>253.751</u>
Total do Ativo		<u>455.565</u>	<u>406.047</u>	Total do Passivo		<u>455.565</u>	<u>406.047</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 2
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2011	2010
Receitas Operacionais			
De serviços de abastecimento de água	18	225.575	202.264
De serviço de esgoto	18	21.623	15.567
(-) Imposto sobre serviços (ICMS)	18	(6.195)	(5.496)
		<u>241.003</u>	<u>212.335</u>
Custo de operação e manutenção	19	(104.472)	(94.774)
Lucro Bruto		<u>136.531</u>	<u>117.561</u>

QUADRO 2

Continuação

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2011	2010
Despesas Operacionais			
Comerciais	20	(5.181)	(5.339)
Administrativas	21	(39.473)	(35.738)
Impostos e contribuições		(19.451)	(14.794)
Encargos financeiros líquidos	22	(16.241)	(11.382)
Provisões		(8.694)	(10.250)
Amortizações do intangível		(11.548)	(10.903)
Depreciações		(3.928)	(3.856)
		<u>(104.516)</u>	<u>(92.262)</u>
Resultado Operacional		<u>32.015</u>	<u>25.299</u>
Outras Receitas (Despesas)			
Outras receitas	23	3.600	51.814
Outras despesas	23	(3.989)	(1.090)
Outros Resultados		<u>(389)</u>	<u>50.724</u>
Lucro Antes dos Efeitos Tributários		<u>31.626</u>	<u>76.023</u>
Imposto de renda		(5.737)	(5.176)
Contribuição social		(2.107)	(1.923)
		<u>(7.844)</u>	<u>(7.099)</u>
Reversão juros sobre o capital próprio		15.225	11.075
Lucro Líquido do Exercício		<u>39.007</u>	<u>79.999</u>
Lucro por Ação do Capital Social (Em R\$)		<u>0,14</u>	<u>0,28</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 3
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social realizado	Reservas de lucros						Patrimônio líquido
		Reservas de capital	Legal	Retenção de lucros	Incentivo Fiscal-MP 449/08	(Lucros/Prejuízos) acumulados	Resultado Abrangentes	
Saldo iniciais em 1º de janeiro 2010	152.500	-	3.439	27.288	1.360	-	-	184.587
Aumento de capital	36.000	-	-	-	-	(26.917)	-	9.083
Destinações								
Reserva de incentivo fiscal - MP 449/08	-	-	-	-	327	(327)	-	-
Reserva legal	-	-	4.000	-	-	(4.000)	-	-
Reserva retenção de lucros	-	-	-	28.837	-	(28.837)	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(8.843)	-	(8.843)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(11.075)	-	(11.075)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	79.999	-	79.999
Em 31 de dezembro de 2010	<u>188.500</u>	<u>-</u>	<u>7.439</u>	<u>56.125</u>	<u>1.687</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>253.751</u>

QUADRO 3

Continuação

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social realizado	Reservas de lucros				Incentivo Fiscal-MP 449/08	(Lucros/Prejuízos) acumulados	Resultado Abrangentes	Patrimônio líquido
		Reservas de capital	Legal	Retenção de lucros					
Aumento de capital	19.918	-	-	-	-	-	-	19.918	
Destinações									
Reserva legal	-	-	1.950	-	-	(1.950)	-	-	
Reserva retenção de lucros	-	-	-	21.832	-	(21.832)	-	-	
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(15.225)	-	(15.225)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	39.007	-	39.007	
Em 31 de dezembro de 2011	208.418	-	9.389	77.957	1.687	-	-	297.451	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 4
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
 (Valores expressos em milhares de reais)

	2011	2010
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido do Exercício	39.007	79.999
Ajustes do lucro às disponibilidades		
Amortizações do intangível	11.548	10.903
Depreciações	3.928	3.856
Provisão para devedores duvidosos	7.675	12.625
Custo de bens baixados	154	139
Reversão da provisão para redução do imobilizado	-	(49.183)
Reversão de provisões para contingências	(2.020)	(3.447)
Juros do parcelamento tributros e contribuições sociais	1.542	1.095
Encargos financeiros sobre financiamentos de obras	860	414
Encargos financeiros sobre outros financiamentos	(6)	7
	62.688	56.408
Variação dos ativos operacionais		
Clientes	(16.145)	(9.728)
Estoques	(570)	81
Impostos e contribuições a recuperar	328	(455)
Depósitos judiciais	(265)	(964)
Outros	(4)	91
	(16.656)	(10.975)
Variação dos passivos operacionais		
Fornecedores e empreiteiros	(1.156)	(340)
Salários, gratificações e encargos sociais	377	1.247
Impostos e contribuições	665	243
Provisão para férias e encargos sociais	625	478
Provisão para contingências	1.415	799
Honorários em processos judiciais	(4.000)	4.000
Juros sobre capital próprio	4.150	1.991
Outros	(45)	222
	2.031	8.640
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	48.063	54.073

QUADRO 4

Continuação

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
 (Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais de Investimentos		
Aplicação no intangível	(8.216)	(7.783)
Aplicação no imobilizado	(47.151)	(43.391)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	<u>(55.367)</u>	<u>(51.174)</u>
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais de Financiamentos		
Financiamentos obtidos para obras	17.495	11.098
Parcelamento tributros e contribuições sociais	2.625	
Outros financiamentos	-	2.201
Pagamento de juros sobre capital próprio	-	(300)
Amortização do parcelamento tributros e contribuições sociais	(2.067)	(2.235)
Pagamentos de juros sobre financiamentos para obras	(3.204)	(1.896)
Pagamentos de juros sobre outros financiamentos	(51)	(96)
Amortizações de financiamentos para obras	(4.332)	(3.362)
Amortizações de outros financiamentos	(1.467)	(611)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	<u>8.999</u>	<u>4.799</u>
Aumento (Redução) no Saldo de Caixa e Equivalentes	<u>1.695</u>	<u>7.698</u>
No início do exercício	40.120	32.422
No fim do exercício	<u>41.815</u>	<u>40.120</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 5
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
 (Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Receitas		
Receitas operacionais	247.198	217.831
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.299)	(13.698)
Outras receitas (despesas)	(389)	50.724
	<u>237.510</u>	<u>254.857</u>
Insumos Adquiridos de Terceiros		
Produtos químicos consumidos	(3.135)	(2.991)
Outros materiais consumidos	(5.035)	(8.287)
Energia elétrica	(21.400)	(18.077)
Serviços de terceiros contratados	(31.405)	(29.408)
Outras despesas operacionais	-	(669)
	<u>(60.975)</u>	<u>(59.432)</u>
Valor Adicionado Bruto	176.535	195.425
Retenções		
Amortizações do intangível	(11.548)	(10.903)
Depreciações	(3.928)	(3.856)
	<u>(15.476)</u>	<u>(14.759)</u>
Valor Adicionado Líquido	<u>161.059</u>	<u>180.666</u>

QUADRO 5

Continuação

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
 (Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Valor Adicionado Recebido em Transferência		
Receitas financeiras	3.601	3.658
Valor Adicionado Total a Distribuir	<u>164.660</u>	<u>184.324</u>
Distribuição do Valor Adicionado		
Empregados e administradores		
Salários e encargos sociais	54.626	47.092
Honorários da diretoria e conselhos	672	501
Programa de participação nos resultados	2.452	2.607
	<u>57.750</u>	<u>50.200</u>
Governos		
Tributos federais	39.715	32.795
Tributos estaduais	6.195	5.496
	<u>45.910</u>	<u>38.291</u>
Financiadores		
Aluguéis	2.151	794
Encargos financeiros	19.843	15.040
	<u>21.994</u>	<u>15.834</u>
Acionistas		
Juros sobre capital próprio	15.225	11.075
Lucros retidos do exercício	<u>23.781</u>	<u>68.924</u>
Valor Total	<u>164.660</u>	<u>184.324</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
 FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO
 DE 2011 E 2010 - em milhares de reais**
1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - Sanesul, criada pelo Decreto Estadual nº 71, de 26 de janeiro de 1979, é uma sociedade de economia mista, vinculada à Governadoria do Estado e por ela supervisionada, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, com capital subscrito pelo Estado. É regida pela legislação federal e estadual, que disciplinam as atividades relacionadas ao Saneamento Básico, pela legislação aplicável às Sociedades por Ações e por seu Estatuto, nos termos da Lei nº 1.496 de 12 de maio de 1994.

Tem por objeto social a exploração dos serviços públicos e sistemas privados de abastecimento de água, coleta, remoção e destinação final de efluentes e resíduos sólidos domésticos e industriais e seus subprodutos; de drenagem e manejo das águas fluviais urbanas; serviços relacionados à proteção do meio ambiente e aos recursos hídricos; serviços relativos à saúde da população, prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e certificação nessas áreas de atuação, bem como outros serviços de interesse para a Companhia e para o Estado de Mato Grosso do Sul, dentro e fora de seus limites territoriais. A Companhia também colabora com órgãos e entidades federais, estaduais, municipais e outras em assuntos pertinentes à consecução de seus objetivos básicos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei

das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A autorização para a conclusão das demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria Executiva em 08 de março de 2012.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os pronunciamentos aplicáveis a companhias de grande porte, nos termos da Lei nº 11.638/07. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras, que são mensuradas pelo valor justo através do resultado.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras está de acordo com os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em particular o CPC – 26 (R1) Apresentações das Demonstrações financeiras, e as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e requer que a Administração da Entidade utilize estimativa e adote premissas objetivas e subjetivas para determinar os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as

estimativas são revisadas e em quaisquer períodos afetados. Os resultados reais podem divergir destas estimativas.

As principais estimativas são relacionadas com a determinação de taxas de depreciação do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisões para desembolsos originados de processos administrativos e judiciais.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo e possam afetar o próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 04 - Instrumentos financeiros (Aplicações financeiras)

Nota 05 – Clientes

Nota 15 – Provisões para Contingências

d. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

O resultado das operações compreendem as receitas, custos e despesas sendo apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

Receita de Serviços

As receitas de serviços decorrem do fornecimento de águas e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário, correspondentes a última leitura até a data de encerramento do balanço. A receita é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O resultado financeiro líquido inclui principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros sobre atraso de clientes, despesas com juros sobre financiamentos, ganhos e perdas com avaliação a valor justo de acordo com a classificação do título, além das variações monetárias e cambiais líquidas.

e. Instrumentos financeiros

e.1 Ativos financeiros não derivativos

Os instrumentos financeiros são reconhecidos apenas a partir do momento em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Quando um ativo ou passivo financeiro é inicialmente reconhecido, é registrado pelo seu valor justo, acrescido dos custos que sejam diretamente atribuíveis a aquisição ou à emissão do ativo ou do passivo financeiro. No caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação são diretamente lançados no resultado do exercício. A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Os principais ativos que a Companhia possui classificados nesta categoria são “Caixa e equivalentes de caixa”.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. O principal ativo que a Companhia possui nessa categoria é o “Contas a receber”.

Mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

São ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável.

e.2 Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

f. Estoques

Está avaliado pelo custo médio ponderado relativo ao valor nominal de aquisição, incluindo o valor dos impostos não recuperáveis e os fretes, deduzidos da provisão para atender a perdas prováveis por obsolescência, desuso ou para ajuste a valor de mercado quando este for inferior.

g. Ativo financeiro

A Companhia reconhece como um “Ativo Financeiro”, o crédito a receber do poder concedente visto que possui o direito incondicional de receber indenização ao fim do contrato de concessão referente aos bens edificados e não recuperados por meio da utilização operacional dos bens. Esses ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa SELIC em vigor em 31 de dezembro de 2011.

h. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria companhia inclui:

- O custo de materiais e mão-de-obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Companhia. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Os juros incorridos sobre empréstimos bancários utilizados para custear a construção de novas estações de água e esgoto estão sendo capitalizados como parte de seus custos. Bens registrados no ativo imobilizado são os que não possuem vinculação com concessões de serviços públicos, ou seja, os bens de uso geral.

As obras em andamento, enquanto não concluídas, são classificadas no ativo imobilizado e, após sua conclusão o custo total é bifurcado para o ativo Intangível e ativo financeiro. O valor do ativo intangível é reconhecido como um direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário durante a concessão dos serviços. O ativo financeiro é reconhecido pelo valor residual desses investimentos ao final da concessão.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo estão apresentadas na Nota Explicativa nº 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

i. Intangível

Contratos de concessão de serviços

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão (Nota Explicativa 9). O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

j. Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

A administração da Companhia não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos não financeiros.

k. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são constituídas por valor considerado suficiente à cobertura de perdas nos processos judiciais de acordo com o CPC 25.

l. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15 %, acrescidas do adicional de 10 % sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9 % sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adotou o Regime Tributário de Transição - RTT, conforme previsto na Lei 11.941/09, ou seja, na determinação do lucro tributável considerou os critérios contábeis da Lei 6.404/76, antes das alterações da Lei 11.638/07.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Aplicações de curto prazo

Instituição Financeira	Tipo de aplicação	2011	2010
Banco do Brasil S.A.	Renda fixa	10.955	15.614
Caixa Econômica Federal	Renda fixa	25.103	19.264
Outros		162	46
		<u>36.220</u>	<u>34.924</u>

Todas as aplicações financeiras são classificadas como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado. As aplicações financeiras são atualizadas até a data do balanço considerando as taxas oficiais.

Os recursos mantidos em aplicações financeiras são para fazer face as necessidades de capital de giro e cobertura dos investimentos futuros.

5. CLIENTES

a) Composição

Descrição	2011	2010
Serviços de água e esgotos	73.300	61.286
Serviços incorridos e não faturados	10.569	9.018
Outros serviços	8.144	5.763
Encargos financeiros	882	683
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(50.848)</u>	<u>(43.173)</u>
	<u>42.047</u>	<u>33.577</u>

b. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia adota o critério de constituir a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base nos créditos vencidos há mais de 180 dias e julga ser suficiente para a cobertura de eventuais perdas.

6. ESTOQUES

São representados por materiais necessários à operacionalização e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgotos, representados em 31 de dezembro de 2011 por R\$ 4.827 (R\$ 4.257 em 31 de dezembro de 2010).

7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

São representados por depósitos judiciais, envolvendo ações de natureza civil, fiscal e trabalhista, representados em 31 de dezembro de 2011 por R\$ 1.672 (R\$ 1.407 em 31 de dezembro de 2010).

8. ATIVO FINANCEIRO

Descrição	2011	2010
Ativo financeiro (indenização)	62.198	79.303
	<u>62.198</u>	<u>79.303</u>

Refere-se ao valor de investimento não recuperável durante o prazo de concessão (Nota explicativa 9), que de acordo com os Contratos de Concessões com cada município, na extinção da concessão haverá reversão dos bens e instalações vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema de saneamento básico. Esses valores foram ajustados aos respectivos valores presentes de cada Contrato de Concessão, descontados pela taxa SELIC de 11%, taxa vigente no mês de dezembro de 2011.

A variação do saldo em 31 de dezembro de 2011 no montante de R\$ 17.105 refere-se as adições no valor de R\$ 10.069 mil e baixas no valor de R\$ 27.174.

9. INTANGÍVEL

Descrição	2011							2010
	Custo	Adições	Transferência	Baixas	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido	
Em operação								
Sistemas de abastecimento de água	301.083	7.254	11.320	(480)	(150.200)	168.977	159.215	
Sistema de esgotamento sanitário	103.625	962	7.561		(27.480)	84.668	79.023	
	<u>404.708</u>	<u>8.216</u>	<u>18.881</u>	<u>(480)</u>	<u>(177.680)</u>	<u>253.645</u>	<u>238.238</u>	
Ativo Financeiro	<u>(79.303)</u>	-	17.105	-	-	(62.198)	(79.303)	
	<u>325.405</u>	<u>8.216</u>	<u>35.986</u>	<u>(480)</u>	<u>(177.680)</u>	<u>191.447</u>	<u>158.935</u>	

O Ativo Intangível em operação é representado por valores dos investimentos realizados em sistemas de abastecimento de água e esgotos e foram reconhecidos pela diferença entre o total dos investimentos realizados, em fase de produção, e o valor reconhecido como um Ativo Financeiro (Nota Explicativa 8). As taxas de amortização são definidas com base nos prazos de concessão de cada Contrato e foram estabelecidas mediante estudos específicos, com base nas estimativas de vida útil dos bens.

A partir de 2008, com o advento da Lei nº 11.638/07, a Companhia vem realizando estudos visando à avaliação da provisão constituída, adotando-se o método de fluxo de caixa descontado. Em 2011, foi utilizada uma taxa de desconto de 11%, equivalente à taxa Selic de dezembro de 2011, divulgada pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil - Copom.

A Companhia entende que essa taxa de remuneração é suficiente para a geração de caixa, necessário à manutenção de suas atividades operacionais e cobertura dos investimentos futuros. A Companhia com base no CPC 01, efetuou as projeções baseadas no último orçamento aprovado, levando-se em consideração para projeção dos fluxos de caixa os próximos 19 anos, que é o prazo médio remanescente dos contratos de concessão da Companhia.

10. IMOBILIZADO

Descrição	2011						2010	
	Taxa anual depreciação	Custo	Adições	Transferência	Baixas	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Bens de Uso Geral								
Terrenos		627	3.315	-	-	-	3.942	627
Estrutura de alvenaria e concreto	2%	8.321	4.854	745	-	(3.030)	10.890	5.541
Equipamentos eletromecânicos e elétricos	10%	1.120	19	6	(3)	(516)	626	699
Equipamentos pesados	25%	8.957	190	-	(125)	(6.667)	2.355	3.412
obras civis								
Equipamentos rádio e telecomunicação	10%	519	119	12	(13)	(343)	294	199
Equip. oficina	10%	576	5	2	-	(516)	68	70
Veículos	20%	12.978	178	-	(236)	(8.554)	4.366	5.694
Computadores e periféricos	20%	3.369	672	74	(3)	(2.098)	2.028	1.750
Móveis e utensílios	10%	1.545	27	-	(10)	(959)	606	688
Condicionadores de ar	10%	658	45	26	(7)	(422)	299	281
Outros	2 a 20%	2.608	486	251	(56)	(1.674)	1.598	1.022
		41.278	9.910	1.116	(453)	(24.779)	27.072	19.983
Em andamento								
Sistemas de abastecimento água		33.097	20.087	(11.479)	-	-	41.705	33.097
Sistemas de esgotos		28.986	14.926	(7.471)	-	-	36.441	28.986
Bens de uso geral		648	146	(794)	-	-	-	648
Materiais para obras		1.154	1.089	-	-	-	2.243	1.154
Outros		2.658	992	(253)	-	-	3.397	2.659
Subvenções recebidas		-	(896)	-	-	-	(896)	-
		66.543	36.344	(19.997)	-	-	82.890	66.544
		107.821	46.254	(18.881)	(453)	(24.779)	109.962	86.527

O montante de transfência de R\$ 18.881 mil, do imobilizado em andamento refere-se ao das obras concluídas e transferidas para o Intangível.

11. FORNECEDORES E EMPREITEIROS

Descrição	2011	2010
Fornecedores de serviços e materiais (a)	7.841	6.787
Empreiteiros (b)	4.552	6.762
	<u>12.393</u>	<u>13.549</u>

(a) O saldo está representado por débitos com fornecedores diversos, necessários à operação de suas atividades normais.

(b) O saldo está representado por empresas contratadas para execução de projetos, obras e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgotos sanitários em diversas localidades do Estado de Mato Grosso do Sul.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Descrição	2011		2010	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Caixa Econômica Federal	7.629	63.065	4.735	51.936
Banco do Brasil S.A.	123	-	1.597	-
	<u>7.752</u>	<u>63.065</u>	<u>6.332</u>	<u>51.936</u>

Os financiamentos com recursos da Caixa Econômica Federal destinaram-se, substancialmente, à implantação, ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água e dos sistemas de esgotos sanitários, e estão garantidos por aval do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e por bens do ativo.

Os principais dados de cada contrato estão demonstrados a seguir:

Contrato	Projeto	Encargos financeiros	2011	2010	Credor	Prazo (meses)	Vencimento
24393-78	Dourados 1º/91 Esg. fase 2	UPR juros 6% a.a.	10.065	10.874	CAIXA	300	Jan de 2020
24394-93	Três Lagoas 1º/91 Esgoto	UPR juros 6% a.a.	3.889	4.253	CAIXA	300	Mar de 2019
22212-36	Dourados Esgoto 1/90	UPR juros 6% a.a.	3.248	3.543	CAIXA	300	Mai de 2019
39624-67	Pro San Esgoto Dourados	UPR juros 8% a.a.	554	791	CAIXA	180	Dez de 2013
36744-78	Três Lagoas Esgoto 2ª fase	UPR juros 5% a.a.	690	839	CAIXA	216	Out de 2015
82253-20	Pro San Sidrolândia SAA	UPR juros 8% a.a.	582	761	CAIXA	180	Ago de 2014
39573-78	Pro San Anastácio SAA	UPR juros 8% a.a.	293	438	CAIXA	180	Set de 2013
39620-87	Pro San Guia Lopes	UPR juros 8% a.a.	102	152	CAIXA	180	Set de 2013
39621-01	Pro San Jardim SAA	UPR juros 8% a.a.	192	287	CAIXA	180	Set de 2013
24397-60	Prosanear Dourados SAA/ESG	UPR juros 6% a.a.	518	558	CAIXA	300	Mar de 2020
39614-53	Pro San Aquidauana SAA	UPR juros 8% a.a.	185	276	CAIXA	180	Set de 2013
39623-41	Pro San Miranda	UPR juros 8% a.a.	159	238	CAIXA	180	Set de 2013
39615-80	Pro San Bonito SAA	UPR juros 8% a.a.	119	178	CAIXA	180	Set de 2013
78266-41	Pro San Lageado/Anastácio	UPR juros 6,5% a.a.	39	102	CAIXA	120	Jul de 2012
57133-73	Pro San DOUIETE Lar Doce	UPR juros 6,5% a.a.	49	84	CAIXA	120	Abr de 2013
78265-26	Pro San DOUIETE Guaxinin	UPR juros 6,5% a.a.	153	256	CAIXA	120	Abr de 2013
182228-60	Prog San Todos P. Porã Esgoto	UPR juros 6,5% a.a.	1.378	1.408	CAIXA	234	Fev de 2028
180167-94	Prog San Todos T.Lagoas Esgoto	UPR juros 6,5% a.a.	1.099	1.122	CAIXA	234	Abr de 2028
180226-41	Prog San Todos Dourados Esgoto	UPR juros 6,5% a.a.	673	688	CAIXA	234	Jan de 2028
190463-93	Prog San Todos A Taboado DI	UPR juros 8% a.a.	277	312	CAIXA	120	Jun de 2017
182233-33	Prog San Todos Corumbá DI	UPR juros 8% a.a.	365	406	CAIXA	120	Jan de 2018
182227-56	Prog San Todos Corumbá Esgoto	UPR juros 6,5% a.a.	992	1.014	CAIXA	234	Jan de 2028
241662-97	Prog San Todos T. Lagoas Água	UPR juros 6% a.a.	9.072	8.355	CAIXA	120	Set de 2021
241693-66	Prog San Todos P. Porã SAA	UPR juros 6% a.a.	2.369	2.362	CAIXA	240	Fev de 2030
241695-85	Prog San Todos Corumbá SAA	UPR juros 6% a.a.	4.759	4.360	CAIXA	240	Fev de 2031
241664-14	Prog San Todos T.Lagoas Esgoto	UPR juros 6% a.a.	8.639	7.293	CAIXA	240	Fev de 2031
291832-99	Prog San Todos P. Porã EPE	UPR juros 6% a.a.	3.113	1.780	CAIXA	240	Dez de 2029
292251-97	Prog San Todos Corumbá Água	UPR juros 6% a.a.	10.747	2.434	CAIXA	262	Dez de 2031
291829-42	Prog San Todos T.Lagoas Esgoto	UPR juros 6% a.a.	4.703	-	CAIXA	240	Dez de 2029
		UPR e juros de 5 a 8% a.a					
	Outros 40 contratos		1.194	1.136	CAIXA		Até o ano 2030
	Juros incorridos a vencer		477	371			
	Total da dívida		<u>70.694</u>	<u>56.671</u>			
	Circulante		7.629	4.735			
	Não Circulante		63.065	51.936			
	Total		<u>70.694</u>	<u>56.671</u>			

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos do longo prazo estão assim distribuídos:

Credor	2013	2014	2015	2016	2017	Após 2018	TOTAL
Caixa Econômica Federal	5.418	5.789	6.185	6.607	6.239	32.827	63.065
	<u>5.418</u>	<u>5.789</u>	<u>6.185</u>	<u>6.607</u>	<u>6.239</u>	<u>32.827</u>	<u>63.065</u>

13. PARCELAMENTO DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Descrição	2011		2010	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Programa de Recuperação Fiscal-Refis	1.734	8.836	2.232	8.630
Parcelamentos de tributos e contribuições sociais	569	2.093	54	216
	<u>2.303</u>	<u>10.929</u>	<u>2.286</u>	<u>8.846</u>

Em 2000, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal - Refis, instituído pelo Governo Federal, e vinha amortizando o saldo devedor existente com base em valor equivalente a 1,2% de seu faturamento bruto mensal, com incidência da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Em 18 de novembro de 2009, com o advento da Lei nº 11.941/09, a Companhia aderiu ao parcelamento dessa dívida, tendo como destaque a compensação de juros, no valor de R\$13.818, com bases negativas da CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido) e prejuízo fiscal. Com o parcelamento e aplicação dos incentivos previstos na Lei nº 11.941/09, o saldo devedor, em 18 de novembro de 2009, passou a ser R\$12.306, a ser amortizado no prazo de 66 meses, com incidência da Taxa de Juros Selic.

Em 2006, a Secretaria da Receita Federal encaminhou cobrança de valores referente à Cofins do ano de 1995, que fora compensada com valores julgados pela Companhia recolhidos a maior quando ela denominava-se Finsocial, no valor de R\$2.019. Em 2011 a Secretaria da Receita Federal julgou improcedente o argumento dos consultores jurídicos da Companhia e encaminhou para a Procuradoria Geral da Fazenda o valor do débito de R\$ 2.625 qual foi requerido o parcelamento em 60 meses, em 25 de outubro de 2011.

14. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Neste exercício, a Companhia atribuiu créditos aos seus acionistas no valor de R\$15.225, referente a juros sobre capital próprio em substituição aos dividendos obrigatórios, conforme previsão estatutária e legislação pertinente. Essa distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios, serão encaminhados à Assembleia Geral de Acionistas para aprovação, está assim realizada: Estado de Mato Grosso do Sul (R\$15.211) e Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos - Agesul (R\$14).

Os juros foram calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), nos termos da Lei nº 9.249/95. Para fins de demonstração e adequação aos princípios contábeis, os respectivos juros foram revertidos na demonstração de resultado na linha de encargos financeiros líquidos para a conta de prejuízos acumulados na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Conforme previsto pela legislação fiscal e dentro dos limites de 50% do lucro antes do Imposto de Renda, o valor contabilizado foi integralmente deduzido na apuração do Imposto de Renda e contribuição social, e o benefício tributário oriundo dessa dedução foi de R\$ 5.176.

Em 2010 foi proposto e capitalizado dividendos, no valor de R\$8.843 em complemento aos juros sobre capital próprio, para totalizar os dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado, conforme previsão estatutária.

15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Administração da Companhia adota a política de registro de provisão para fazer frente a processos e notificações envolvendo ações de natureza fiscais, cíveis e trabalhistas, com base nos pareceres jurídicos dos advogados, em montantes julgados suficientes para cobertura de prováveis perdas, assim distribuídas:

Descrição	2011	2010
Ações fiscais (a)	5.325	7.344
Ações cíveis (b)	22.043	20.498
Ações trabalhistas (c)	13	143
	<u>27.381</u>	<u>27.985</u>

Ações fiscais (a)

Descrição	2011	2010
Notificação diferença base cálculo Cofins/PIS-Pasep	5.325	5.325
Compensações no COFINS	-	2.019
	<u>5.325</u>	<u>7.344</u>

(a) Em 2004, por meio de procedimentos de fiscalização, a Companhia foi notificada pela Secretaria da Receita Federal a recolher diferenças de contribuições ao PIS/Pasep e Cofins. Essas diferenças estão sendo contestadas pelos consultores jurídicos da Companhia por julgá-las improcedentes. No entanto, de forma conservadora, foi constituída provisão no valor de R\$5.325 referente ao montante estipulado pelas respectivas notificações.

Ações cíveis

Descrição	2011	2010
Tubos e Conexões Tigre S.A. (b)	19.210	19.210
Outras ações cíveis (c)	2.833	1.288
	<u>22.043</u>	<u>20.498</u>

(b) A Companhia mantém registrado o montante de R\$19.210 em favor da empresa Tigre S.A. - Tubos e Conexões, refere-se a uma dívida, cujo valor foi revisto no exercício de 2000, no qual a Companhia e a Tigre assinaram um termo judicial de confissão e acordo de dívida, no montante de R\$14.000, a valores históricos, à época. Amparada pelos seus consultores jurídicos, a Companhia suspendeu, desde o mês de fevereiro de 2004, as amortizações mensais dessa dívida e realizou o recolhimento das parcelas devidas até o mês de julho de 2004, por meio de depósitos judiciais, uma vez que está pleiteando nova revisão do saldo devedor, com base em laudo técnico realizado por uma empresa independente, cujo resultado montou em R\$7.697, quando da assinatura daquele termo judicial. Na opinião dos assessores jurídicos da Companhia a possibilidade de perda deste litígio é provável.

(c) Outras ações cíveis referem-se a diversas ações judiciais, que surgem no curso normal dos negócios, e por opinião dos consultores jurídicos a probabilidade de perda é provável.

Ações trabalhistas

São relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços, oriundos de responsabilidade solidária.

Processos judiciais com probabilidade de perda possível

A Companhia é parte integrante em diversas ações judiciais referente às questões cíveis e trabalhistas, as quais são consideradas pelos seus consultores jurídicos como possíveis de perda e não estão registradas contabilmente. O montante histórico atribuído a esses processos representa aproximadamente R\$17.554 em 31 de dezembro de 2011 (em 2010, R\$10.915).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social integralizado é formado por 283.241.754 ações ordinárias sem valor nominal (mesma quantidade em 31 de dezembro de 2010). Os acionistas têm direitos a receber em cada exercício, como dividendo mínimo obrigatório, 25% do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

b. Reserva legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido de cada exercício, em conformidade com a legislação societária. O montante acumulado dessa reserva é de R\$9.389 (em 31 de dezembro de 2010, R\$7.439).

c. Reserva de retenção de lucros

Constituída para fazer face a futuros investimentos e/ou aumento do capital social da Companhia.

d. Reserva de Incentivo Fiscal - MP 449/08, convertida na Lei 11.941/09

Constituída pela transferência de parcela do lucro do exercício, correspondente às subvenções para investimentos recebidas e reconhecidas no resultado, em atendimento à Lei 11.941 de 27 de maio de 2009.

e. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado o período, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

17. PREJUÍZOS FISCAIS A COMPENSAR E BASES NEGATIVAS DE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE LUCRO

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía base negativa de contribuição social sobre o lucro no valor de R\$123.192 e prejuízos fiscais acumulados de R\$158.135 (em 31 de dezembro de 2010, R\$133.224 e R\$168.166 respectivamente). A Administração, tem optado por não registrar o crédito tributário sobre esses valores.

18. RECEITAS LÍQUIDAS

Descrição	2011	2010
Serviço de abastecimento de água	207.774	187.134
Outros serviços de água	17.801	15.130
Serviços de esgoto	21.047	15.231
Outros serviços de esgoto	576	336
(-) Impostos sobre serviços (ICMS)	<u>(6.195)</u>	<u>(5.496)</u>
	<u>241.003</u>	<u>212.335</u>

19. CUSTO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

Descrição	2011	2010
Pessoal	(41.610)	(37.267)
Material	(8.251)	(8.287)
Serviços de terceiros	(53.876)	(48.555)
Outros	<u>(735)</u>	<u>(665)</u>
	<u>(104.472)</u>	<u>(94.774)</u>

20. DESPESAS COMERCIAIS

Descrição	2011	2010
Pessoal	(1.621)	(1.428)
Material	(8)	(16)
Serviços de terceiros	(3.502)	(3.803)
Outros	<u>(50)</u>	<u>(92)</u>
	<u>(5.181)</u>	<u>(5.339)</u>

21. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	2011	2010
Pessoal	(26.938)	(22.407)
Material	(775)	(835)
Serviços de terceiros	(10.604)	(11.260)
Outros	(1.156)	(1.236)
	<u>(39.473)</u>	<u>(35.738)</u>

22. ENCARGOS FINANCEIROS LÍQUIDOS

Descrição	2011	2010
Caixa Econômica Federal (juros, taxas e variações)	(2.892)	(2.717)
Reparcelamento Lei 11.941/09	(1.542)	(1.095)
Outros	(184)	(153)
Juros sobre o Capital Próprio	(15.225)	(11.075)
Receitas Financeiras	3.602	3.658
	<u>(16.241)</u>	<u>(11.382)</u>

23. OUTROS RESULTADOS

Descrição	2011	2010
Outras receitas		
Reversão da provisão para redução do imobilizado	-	49.183
Subvenções para investimentos	-	327
Venda de bens do ativo imobilizado	580	283
Contribuições e doações	2.443	1.393
Administração de serviço da coleta de lixo	296	200
Serviços técnicos de engenharia	21	34
Outras	260	394
	<u>3.600</u>	<u>51.814</u>
Outras despesas		
Perdas em processos judiciais	(3.482)	(720)
Custo de bens baixados do imobilizado	(154)	(139)
Estudos e projetos não aprovados	(225)	(174)
Outras	(128)	(57)
	<u>(3.989)</u>	<u>(1.090)</u>
	<u>(389)</u>	<u>50.724</u>

24. GESTÃO DE RISCOS

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos a pagar, contas a pagar e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui contas a receber de clientes e outras contas a receber, depósitos à vista e de curto prazo que resultam diretamente de suas operações. A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço de commodities. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar, depósitos e instrumentos disponíveis para venda.

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

2.1.1 Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis e correção monetária vinculada a índices.

2.2 Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

2.2.1 Recebíveis

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação.

A Companhia possui autonomia para realizar cobranças administrativas e judiciais caso os clientes não cumpram suas obrigações. Parte substancial das vendas é pulverizada entre um grande número de clientes. No caso desses clientes, o risco de crédito é mínimo devido à pulverização da carteira e aos procedimentos de controle, que monitoram esse risco. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente garantidos por provisão que cobririam eventuais perdas na sua realização (Nota Explicativa 6).

2.2.2 Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Companhia e de acordo com a política por esta estabelecida. Os agentes arrecadadores são diversificados devido às características das operações da companhia. Os riscos de crédito foram avaliados como extremamente pequenos devido às políticas de provisionamento e de investimento assim como da natureza essencial de seus serviços e da pulverização de sua carteira.

2.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre das decisões da administração da Companhia, do capital de giro e dos encargos financeiros e amortização principal dos instrumentos de dívida. É o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com suas obrigações financeiras conforme elas vençam. A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente, analisando e projetando as entradas e saídas de recursos de curto prazo, avaliando sempre novas formas de financiamento caso ocorram erros nas projeções desses recursos de giro.

2.4 Gestão de risco de capital

Salvaguardar a capacidade da entidade de manter sua continuidade operacional, para que possa seguir proporcionando retornos aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Harmonicamente às outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base em vários índices como rentabilidade, endividamento, liquidez e alavancagem financeira.

25 Outras Informações

a. Seguros

A Companhia possui contratos de seguros com terceiros para a cobertura de seus veículos para cobertura básica (incêndio, furto e roubo). Os demais bens não são segurados, por serem de baixíssimo risco de ocorrer algum sinistro.

b. Operações com instrumentos derivativos

A Companhia não opera com instrumentos derivativos.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES



KPMG Auditores Independentes
 Rua Dr. Antonio Alves Arantes
 429 sala 03 Ed. Dona Edith
 79040-100 Campo Grande MS-Brasil
 Caixa Postal 3051

Central Tel 55 (67) 3341-9358
 Fax 55 (67) 3341-9324
 Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
 Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - Sanesul
 Campo Grande - MS

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - Sanesul ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**Continuação**KPMG Auditores Independentes
Rua Dr. Antonio Alves Arantes
429 sala 03 Ed. Dona Edith
79040-100 Campo Grande MS-Brasil
Caixa Postal 3051Central Tel 55 (67) 3341-8358
Fax 55 (67) 3341-8324
Internet www.kpmg.com.br

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das Demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - Sanesul em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase**Passivo contingencial Tigre S.A. – Tubos e Conexões**

Chamamos à atenção para nota explicativa nº 15.b às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2011, que descreve a incerteza relacionada ao passivo contingencial no valor de R\$ 19.210 mil, referente a dívida contraída em 1994, com a empresa Tigre S.A. – Tubos e Conexões, cujo valor foi revisado no exercício de 2000, no qual a Companhia e a Tigre assinaram um termo judicial de confissão e acordo de dívida, no montante de R\$ 14.000 mil, a valores históricos, à época. Amparada pelos seus consultores jurídicos, a Companhia suspendeu, desde 2004, as amortizações mensais dessa dívida e realizou o recolhimento das parcelas devidas até o mês de julho de 2004, por meio de depósitos judiciais, uma vez que está pleiteando nova revisão do saldo devedor, com base em laudo técnico realizado por uma empresa independente, cujo resultado montou em R\$7.697 mil, quando da assinatura daquele termo judicial. Em 3 de julho de 2006, foi ajuizado pela Tigre S.A. – Tubos e Conexões uma execução de título judicial, em que está requerendo a penhora no valor de R\$ 19.625 mil, e, caso não sejam encontrados valores disponíveis, tal penhora pode recair sobre o desfecho e a perspectiva de perdas em litígios dessa nova execução, bem como seus efeitos sobre as demonstrações financeiras. Nossa opinião não contém ressalva a esse assunto.

Outros assuntos**Demonstração do valor adicionado**

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - Sanesul, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2010

Em 4 de abril de 2011 a BDO Auditores Independentes, entidade legal estabelecida no Brasil e que detinha por contrato o uso da marca internacional BDO, passou a integrar a rede KPMG de sociedades profissionais de prestação de serviços com a nova denominação social de KPMG Auditores Associados (incorporada em 2 de dezembro pela KPMG Auditores Independentes). A BDO Auditores Independentes auditou as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, enquanto ainda detinha o direito de uso da marca BDO, tendo emitido relatório datado em 18 de março de 2011 sem modificação, mas contendo ênfase relacionada ao mesmo assunto comentado no parágrafo de ênfase acima.

Campo Grande MS, 08 de março de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC MS-001203/O-2 F-MS
Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2 S-MS**PARECER DO CONSELHO FISCAL****PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - SANESUL, no desempenho de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, da Demonstração de Resultado, do Fluxo de Caixa, das Mutações Patrimoniais e das Notas Explicativas, correspondente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011. Com base nesse exame e no Relatório dos Auditores Independentes, são de opinião que encontram-se em condições de serem apreciadas e aprovadas pela Assembléia Geral Ordinária dos Acionistas.

Campo Grande (MS), 13 de abril de 2012

Álvaro Scriptorio Filho
Edmir Fonseca Rodrigues
Jorge Eduardo Celeri**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO****WILSON CABRAL TAVARES** - Presidente
JOSÉ CARLOS BARBOSA - Secretário ExecutivoConselheiros
ANDRÉ LUIZ CANCE
CARLOS ALBERTO N. SAID MENEZES
CARLOS ROBERTO DE MARCHI
MARIA WILMA CASANOVA ROSA**DIRETORIA EXECUTIVA****JOSÉ CARLOS BARBOSA**
Diretor Presidente**ANDRÉ LUIZ SOUKEF OLIVEIRA**
Diretor de Administração e Finanças**JOSÉ ROBERTO CARDOSO FERREIRA**
Diretor Comercial e de Operações**VICTOR DIB YAZBEK FILHO**
Diretor Engenharia e Meio Ambiente**JANETE RIBEIRO LOPES BARRETO**
Gestora do Processo Contábil
Contadora - CRC / MS 002459/O-1**ROSIMEIRE PAULON**
Gerente de Controladoria
Contadora - CRC / MS 006432/O-6